

País consultará banqueiros antes de apresentar proposta

Dúvida Externa - ANL-D 12

BRASÍLIA — O Governo brasileiro só formalizará uma proposta aos bancos credores privados para a negociação da dívida externa do país depois que tiver consultado os principais banqueiros de cada região do mundo e formado um quadro sobre os caminhos mais viáveis para um acordo.

As conversações que serão abertas esta semana são o primeiro passo dessa estratégia, segundo o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que seguirá diretamente para Nova York ao encontro dos representantes dos bancos privados, juntamente com o ex-Presidente do banco, Fernão Bracher e o Diretor da Dívida Externa da instituição, Antonio de Pádua Seixas.

Milliet classifica a próxima rodada de negociações como apenas "um início de conversa", que incluirá a discussão sobre o Plano de Controle Macroeconômico. O segundo movimento será a consulta aos principais bancos credores, de acordo com a região a que pertençam, para, finalmente, atingir-se à fase de formalização de uma proposta de renegociação da dívida. Todas essas etapas, calcula Milliet, poderão estar concluídas ainda antes do fim deste ano.

O projeto de conversão de parcela da dívida em investimentos é um dos instrumentos do processo de negociação, mas segundo o Presidente do Banco Central, não será apresentado como um documento fi-

nalizado, nos encontros que se realizam a partir de amanhã. Ele não tem dúvidas de que os constituintes que, na atual fase de seus trabalhos, aprovaram a proposta de rejeição à conversão, acabem por se convencer da importância desse projeto. Trata-se inclusive, acrescentou, de uma alternativa para que uma parte do deságio, com que são negociados hoje os papéis da dívida externa brasileira, seja apropriada pelo País.

O diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, também está convencido de que, na fase decisiva dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o processo de conversão da dívida externa não sofrerá restrições. O perigo de desnacionalização da economia

- um temor manifestado pelos constituintes - só se justificaria, segundo o diretor, se a conversão em investimentos ocorresse de maneira "descoordenada", o que ele assegura não acontecerá.

Um dos responsáveis pelos estudos do projeto de conversão da dívida, Carlos Eduardo de Freitas argumenta, também, que se trata de um mecanismo viável para que o país obtenha recursos relativamente baratos para novos investimentos. Ele destaca, ainda, a importância de que, ao transformar o credor em investidor, o país passa a contar com "sócios do seu desenvolvimento", interessados no crescimento econômico brasileiro e não apenas no ajuste de suas contas externas.

1987 JUL 20

GLORO